

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

EDITAL TOMADA DE PRECOS Nº 006/2023

Processo Licitatório №. 666/2023

Tomada de Preços Nº. 006/2023

Tipo: Menor Preço Global

O Município de Cambuí, entidade de direito público, com sede na Prefeitura de Cambuí – Praça Coronel Justiniano Nº. 164 – Centro -Cambuí – MG, inscrita no CNPJ nº 18.675.975/0001- 85, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria Nº. 044 de 22 de Fevereiro de 2022, com autorização do Ordenador de Despesas do Poder Executivo, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e da LC 123/06, realizará licitação na modalidade de Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, sob o regime de Empreitada por Preço Global, destinada a **execução de obra visando a ampliação do prédio da Farmácia de Todos em Cambuí-MG** mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.II

O Edital, e seus anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura de Cambuí – MG, sem custo algum ao licitante, no endereço: www.prefeituradecambui.mg.gov.br, Ou poderá ser solicitado pelo e-mail: licitacoes@prefeituradecambui.mg.gov.br. Poderão também ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Cambuí - MG, na forma impressa, mediante pagamento de taxa de expediente, retirada no setor de arrecadação e tributos, relativos aos custos de sua produção.

RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES "DOCUMENTAÇÃO" E "PROPOSTA"

LOCAL DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os interessados deverão Protocolar os envelopes contendo a documentação e propostas até às **08h50min do dia 24 de agosto de 2023**, no setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Cambuí, situado à Praça Coronel Justiniano Nº. 164 - Centro – Cambuí - MG.

LOCAL DE ABERTURA DOS ENVELOPES: Sala de licitações da Prefeitura Municipal de Cambuí, sito a Rua João Moreira Nº 32 – Subsolo - Centro — Cambuí – MG.

DATA: 24/08/2023 - HORÁRIO: 09 horas.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS

01 - Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a esta Tomada de Preços serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da Prefeitura Municipal de Cambuí.

02 - No local indicado serão realizados os procedimentos relativos a esta Tomada de Preços, com respeito a:

- Recebimento dos envelopes "Documentação" e "Proposta";
- Abertura dos envelopes "Documentação" e verificação dos documentos pela comissão de licitação;
 - Devolução dos envelopes "Proposta" aos licitantes inabilitados;
 - Abertura dos envelopes "Proposta" dos licitantes habilitados.

03 - As decisões da Comissão Permanente de Licitação serão comunicadas mediante publicação no, Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ou Quadro de Avisos do Município ou em Jornal de grande circulação, salvo aquelas que puderem ser comunicadas diretamente, mediante ofício ou e-mail, aos representantes legais dos licitantes, principalmente, quanto a:

- Julgamento da habilitação do licitante;
- Julgamento das propostas;
- Resultado de recurso porventura interposto;
- Resultado de julgamento desta Tomada de Preços.

04 - A solicitação de esclarecimento a respeito de condições deste Edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, preferencialmente até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste instrumento convocatório para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes "Documentação" e "Proposta". A mesma deverá ser protocolada na Procuradoria da Prefeitura de Cambuí, situado à Praça Coronel Justiniano Nº. 164 - Centro – Cambuí -MG.

05 - A resposta ao esclarecimento solicitado será encaminhada por meio via fax ou e-mail, tanto para a empresa que solicitou o esclarecimento, como para as outras empresas que retiraram o edital. O Prazo máximo para a resposta do esclarecimento é de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do pedido no setor de protocolo.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

SEÇÃO II - DO OBJETO

06 - A presente licitação tem como objeto a execução de obra visando a ampliação do prédio

da Farmácia de Todos em Cambuí-MG.

07 SEÇÃO III – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7 - Poderão participar desta Tomada de Preços, quaisquer licitantes que comprovarem possuir os

requisitos mínimos de qualificação exigidos na Seção VII - Da Habilitação, e cujo objeto social da

empresa, expresso no estatuto ou contrato social, especifique atividade de prestação de serviços

pertinente e compatível com o objeto desta Tomada de Preços.

7.1 - As empresas interessadas deverão estar Cadastradas junto ao município de Cambuí -

MG, até 03 (três) dias antes da data prevista para recebimento e abertura dos envelopes

"Documentação" e "Proposta". O Cadastro será feito no Setor de Licitação da Prefeitura

Municipal de Cambuí, sito à Praça Coronel Justiniano № 164- Centro - Cambuí - MG. O

Comprovante de Cadastro deverá ser juntado ao Envelope nº 01 − Habilitação.

7.1.2 - A apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC), dispensará a

apresentação no envelope de habilitação da documentação que já foi entregue no

momento do cadastro e desde que estejam dentro do prazo de validade.

Observação: Os documentos necessários para efetuar o cadastro são os constantes na Seção VII

- Item 25, deste edital.

08 - Não poderão participar desta Tomada de Preços:

- Sociedades empresariais cujo objeto social não seja pertinente nem compatível com o

objeto deste procedimento licitatório;

- Sociedades empresariais suspensas de participar de licitações ou impedidas de contratar

com qualquer poder público;

- Sociedades empresariais que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a

Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

- Com falência declarada ou com recuperação judicial (ou extrajudicial) não deferida.

SEÇÃO IV - DO PROCEDIMENTO

09 - O representante do licitante, identificado por documento hábil, deverá Protocolar os envelopes

"Documentação" e "Proposta", impreterivelmente, até dia, horário e local, fixados no preâmbulo

deste Edital.

- Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatário, exceto como

ouvinte.

- As pessoas que não comprovarem possuir poderes para representação legal dos licitantes

somente poderão participar da sessão como ouvintes.

10 - Uma vez iniciada a abertura dos envelopes "Documentação" e "Proposta", não serão

permitidas quaisquer retificações nos documentos apresentados.

11 - Na primeira sessão, os envelopes contendo os documentos relativos à habilitação serão

abertos, na presença dos interessados, pela Comissão Permanente de Licitação, que fará a

conferência e dará vista da documentação, a qual deverá ser rubricada por todos os

representantes legais dos licitantes presentes.

- Abertos os envelopes "Documentação", a Comissão Permanente de Licitação, a seu juízo

exclusivo, poderá apreciar os documentos de cada licitante e, na mesma reunião, divulgar o nome

dos habilitados e dos inabilitados, devendo ser devolvidos aos últimos os envelopes "Proposta",

devidamente fechados, desde que não tenha havido recurso, ou após sua denegação.

12 - Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope

"Documentação", ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido nesta Tomada de

Preços, ou, ainda, com irregularidades, serão inabilitados, não se admitindo complementação

posterior.

13 - Não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização

de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a habilitação de cada licitante.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- Se, eventualmente, surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato pela Comissão Permanente de Licitação e conduzam à interrupção dos trabalhos, serão elas consignadas em ata e a conclusão da habilitação dar-se-á em sessão convocada

previamente.

- Ocorrendo o desdobramento da sessão de habilitação, nova data e horário serão

estabelecidos pela Comissão Permanente de Licitação para a abertura dos envelopes

"Proposta".

- Os licitantes serão convocados por meio de documento enviado via e-mail ou fax, a

comparecer, ficando os envelopes de "Proposta" sob a guarda da Comissão Permanente

de Licitação, devidamente rubricados no fecho pelos seus membros e pelos

representantes legais dos licitantes presentes.

14 - Após a abertura dos envelopes "Documentação", os demais, contendo a "Proposta", serão

abertos:

- Se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todos os licitantes ao

direito de interposição de recurso; ou

- Depois de transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de

recurso;ou

- Após dado a conhecer o deferimento ou indeferimento de recurso interposto.

15 - A abertura dos envelopes "Documentação" e "Proposta" serão realizadas em sessão pública,

da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão Permanente de

Licitação e pelos representantes legais dos licitantes presentes.

- Consideradas as ressalvas contidas neste Edital, qualquer reclamação deverá ser feita

no ato da reunião pelos representantes legais dos licitantes presentes.

-A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases

subsequentes.

16 - Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes "Documentação" e "Proposta"



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

em um único momento, em face do exame da documentação e da conformidade das propostas apresentadas com os requisitos deste Edital, os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, ficarão em poder da Comissão Permanente de Licitação até a data e o horário marcados para prosseguimento dos trabalhos.

17 - Todos os documentos e, igualmente, as propostas serão rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais dos licitantes presentes à sessão.

18 - Após a fase de habilitação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

19 - Ultrapassada a fase de habilitação dos licitantes e abertas as propostas, não caberá desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o resultado do julgamento.

20 - É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase desta Tomada de Preços, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente das propostas.

21 - Considera-se como representante legal qualquer pessoa investida de poderes pelo licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente, para falar em seu nome durante a reunião de abertura dos envelopes, seja referente à documentação ou à proposta.

SEÇÃO V - DO CREDENCIAMENTO:

22 - O Proponente deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Presidente da Comissão de Licitação por intermédio de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame, venha a responder pela empresa licitante, devendo, ainda, no início da sessão, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com foto.

- O Credenciamento far-se-á por meio da apresentação dos seguintes documentos:

a) Instrumento Público de Procuração, com firma reconhecida, com poderes para praticar todos os atos pertinentes ao certame em nome do proponente. Deverá ser



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

apresentado também cópia do Contrato Social ou Estatuto da Empresa com autenticação.

b) Instrumento Particular, com firma reconhecida, com poderes para representar a empresa e praticar todos os atos pertinentes ao certame em nome do proponente, conforme MODELO DE CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO - ANEXO VI. Deverá ser apresentado também cópia do Contrato Social ou Estatuto da Empresa com autenticação.

c) Se o representante for Sócio ou Proprietário da empresa proponente, deverá apresentar cópia com autenticação do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

d) Declaração geral para habilitação, conforme modelo constante no anexo.

- Para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), assim definidas, aquelas que se enquadram na Classificação descritas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes deverão apresentar Certidão Simplificada, ou Simplificada Digital da Junta Comercial e ainda MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - ANEXO VII, no ato do Credenciamento, fora dos envelopes.

- O documento de representação deverá ser apresentado à Comissão Permanente de Licitação no início dos trabalhos, isto é, antes da abertura dos envelopes "Documentação" e "Proposta", ou quando esta o exigir.

23 - A não apresentação do documento legal de representação não inabilitará ou desclassificará o licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar em seu nome.

SEÇÃO VI - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

24 - Até o dia, horário e local fixados no preâmbulo deste Edital, os licitantes deverão apresentar à Comissão Permanente de Licitação, simultaneamente, sua documentação e propostas de preço, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social e do CNPJ do licitante, os seguintes dizeres:

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ENVELOPE I – HABILITAÇÃO
PROCESSO № 666/2023
TOMADA DE PREÇOS № 006/2023
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Objeto: EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA FARMÁCIA DE TODOS CAMBUÍ-MG.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA CNPJ

ENVELOPE II – PROPOSTA DE PREÇO PROCESSO № 666/2023

TOMADA DE PREÇOS №. 006/2023

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Objeto: EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA FARMÁCIA DE TODOS CAMBUÍ-MG.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA CNPJ

SEÇÃO VII – DA HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 1 (DOCUMENTAÇÃO)

- 25 A HABILITAÇÃO para participar desta Tomada de Preços compreende os documentos abaixo relacionados.
- Todas as empresas interessadas deverão apresentar, dentro do ENVELOPE №. 01, os documentos relacionados a seguir, bem como aqueles relacionados nas Condições 26 e 27 deste Edital.

- Relativos à HabilitaçãoJurídica:

a) - Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

a.1) - Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou

da consolidação respectiva;

b) - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de

diretoria em exercício; e

c) - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em

funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão

competente, quando a atividade assim o exigir.

Parágrafo único: No caso de empresa individual apresentar o requerimento de empresário e, em se

tratando de MEI o CCMEI - Certificado da Condição do Microempreendedor Individual.

- Relativos à RegularidadeFiscal:

a) - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas(CNPJ);

b) - Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do

domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;e

b.1) - Faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal a Certidão Quanto à

Dívida Ativa da União e os Débitos Previdenciários, fornecida pela Procuradoria da Fazenda

Nacional.

c) - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CND do FGTS),

demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

d) - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

- Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo

distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida a no máximo 30 (trinta) dias.

25.1 – A apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) é obrigatória e,



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

dispensará a documentação que já foi entregue no momento do cadastro, desde que estejam dentro do prazo de validade.

26 - Todos os licitantes deverão "também" apresentar, dentro do Envelope nº. 01 (Documentação), os seguintes documentos Relativos à Qualificação Técnica:

- Capacitação Técnico-Profissional:

- Para atendimento às qualificações Técnico-Profissional, a licitante deverá apresentar a Certidão de Registro e Quitação do licitante e do Profissional - RT, junto ao CREA-Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia ou CAU-Conselho de Arquitetura e Urbanismo, que comprove atividade relacionada com o objeto desta licitação;

- O profissional indicado pela licitante como responsável técnico deverá participar da obra, admitindo-se a substituição por profissional equivalente ou superior, desde que seja solicitada formalmente e aprovada pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Transporte;

- O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio, o administrador ou o diretor, o empregado e o prestador de serviços;

- A comprovação de vínculo profissional far-se-á com a apresentação de cópia do Contrato social/estatuto social ou da carteira de trabalho (CTPS) ou do contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviço.

- No caso de dois ou mais licitantes apresentarem o mesmo profissional como responsável técnico, ambos serão Inabilitados.

27 - Deverão ser apresentados também os seguintes documentos:

- Declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA ou CAU do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto.

- Declaração geral para habilitação, conforme modelo constante no anexo.

- Termo de realização de visita técnica emitido pela Prefeitura Municipal de Cambuí-MG.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

28 - Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e

Documentos.

29 - As declarações deverão estar emitidas em papéis timbrados dos órgãos ou empresas que as

expediram.

30 - O representante legal que assinar pela empresa licitante todos os documentos, deverá estar

credenciado para esse fim, comprovando seu credenciamento, caso a Comissão Permanente de

Licitação exija tal comprovação.

31 - Os documentos pertinentes e exigidos neste Edital, dentro do Envelope nº. 01 deverão, de

preferência, ser entregues numerados sequencialmente e na ordem indicada neste Edital, a fim de

permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondentes.

32 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- Em nome do licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo.

33 - Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão

estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em

nome da matriz, mantendo esta, a responsabilidade pela entrega dos documentos mencionados.

34 - Datados dos últimos 30 (trinta) dias da data de abertura do Envelope nº. 01, quando não tiver

prazo estabelecido pelo órgão/empresa competente expedidor(a).

35 - Não se enquadram no prazo de que trata este subitem os documentos que, pela própria

natureza, não apresentam prazo de validade, que é o caso dos atestados de

capacidade/responsabilidade técnica.

36 - Os documentos exigidos nesta Tomada de Preços poderão ser apresentados no original, por

qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por membro da Comissão

Permanente de Licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

37 - Os documentos poderão autenticados pela Comissão Permanente de Licitação, até à data



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

marcada para o recebimento e abertura dos envelopes "Documentação" e "Proposta".

38 - Serão aceitas somente cópias legíveis.

39 - Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

40 - A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer

documento, sempre que julgar necessário.

41 - Havendo restrição quanto à regularidade fiscal no caso de Microempresa ou Empresa de

Pequeno Porte, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias para a sua regularização, prorrogável

por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Comissão Permanente de

Licitação, nos termos do § 1º, art. 43, da LC 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147

de2014.

41.1 - A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem anterior implicará decadência

do direito à contratação, sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes,

na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação nos termos do art.

43, § 2º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

SEÇÃO VIII - DA VISITA TÉCNICA

42 - A licitante deverá vistoriar o local onde serão executados os serviços, tomando conhecimento

do local para inteirar-se das condições, do grau de dificuldade e complexidades existentes.

43 A vistoria técnica do local da obra será feita individualmente, com cada empresa interessada,

em data e horário previamente estabelecidos, inviabilizando conhecimento prévio acerca do

universo de concorrentes.

44 Os horários das visitas deverão ser agendados previamente por meio do telefone (35) 3431-

6254, de segunda a sexta-feira, das 08 às 17 horas, exceto feriados.

45 - A visita técnica deverá ser realizada até o último dia útil anterior à data fixada para a sessão

pública de recebimento e abertura dos envelopes de Documentação e Proposta.

46 - Será emitido atestado de visita técnica pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, que

deverá ser juntado ao envelope de Documentação.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

SEÇÃO IX - DA PROPOSTA - ENVELOPE Nº. 02

43 - A proposta de preço, apresentada no Envelope nº. 02, conforme modelo constante do Anexo

VII deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:

- Planilha de serviços, cronograma físico-financeiro e detalhamento do BDI. A Proposta deve

ser enviada em papel.

44 - A não apresentação de qualquer das planilhas e composições mencionadas no item anterior

acarretará a desclassificação do licitante.

45 - A proposta de preços deverá ser apresentada da seguinte forma:

- De preferência, emitida por computador, redigida com clareza, sem emendas, rasuras,

acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada;

- Fazer menção ao número desta Tomada de Preços e conter a razão social do licitante, o

CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax-símile e, se houver, correio eletrônico e o respectivo

endereço com CEP, podendo fazer referência ao banco, à agência e respectivos códigos e ao nº

de conta corrente, para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;

- Conter quaisquer outras informações julgadas necessárias e convenientes pelo licitante.

46 - Os licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os

projetos fornecidos para execução dos serviços.

47 - No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem como transgressões às Normas

Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá ao licitante formular imediata comunicação escrita à

Comissão Permanente de Licitação, no prazo estabelecido na Condição 04 deste Edital, para fins

de esclarecimento por parte da Comissão.

48 - Em nenhuma hipótese, o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja com relação às

características técnicas, marcas, modelos, prazo de entrega, prazo de garantia e preço dos

serviços, equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos

seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações

essas que serão analisadas pela Comissão Permanente de Licitação.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

49 - Serão corrigidos automaticamente pela Comissão Permanente de Licitação quaisquer erros aritméticos, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total

do item, quando prevalecerá sempre o primeiro.

50 - A falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal

presente à reunião de abertura dos envelopes "Proposta" e com poderes para esse fim, sendo

desclassificado o licitante que não satisfizer tal exigência.

51 - A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser suprida com aqueles

constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope nº. 01-"Documentação".

SEÇÃO X – DOS PREÇOS

52 - O licitante deverá indicar o preço unitário e total por item e subitem, e, ainda, o global da

proposta, conforme documentos exigidos no presente Instrumento Convocatório.

53 - Os quantitativos indicados nas planilhas anexas a este Edital são meramente estimativos,

não acarretando à Administração da Prefeitura Municipal de Cambuí - MG qualquer obrigação

quanto à sua execução ou pagamento.

54 - Nos preços cotados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, todos os

equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos

trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços, bem assim,

deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

55 - Os impostos, as taxas, as despesas indiretas e o lucro bruto do licitante deverão estar

considerados em item específico - BDI, conforme Modelo constante neste Edital.

56 - A cotação apresentada e considerada para efeito de julgamento será de exclusiva e total

responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

57 - Só será aceita cotação em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismo arábico e,

de preferência, também por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência,

desprezando-se qualquer valor além dos centavos.

58 <u>– O Valor estimado para esta licitação é deR\$ 101.002,80 (Cento e um mil dois reais e</u>

oitenta centavos), (Referência planilha SEINFRA e SINAPI).



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

SEÇÃO XI - DA COMPOSIÇÃO DO BDI

59 - Todos os licitantes deverão apresentar como parte integrante de suas propostas, composição analítica do BDI (bonificação e despesas indiretas).

60 - O BDI não poderá ultrapassar o percentual de 23,32% e deverá constar os seguintes itens:

- 1) Administração Central;
- 2) Seguros e Garantias;
- 3) Risco;
- 4) Despesas Financeiras;
- 5) Lucro;
- 6) Tributos;

SEÇÃO XII – DOS PRAZOS

- 61 O Prazo para execução dos serviços é de 06 (seis) meses, contados a partir do dia do início dos serviços.
- 62 O Prazo para início das obras será de no máximo 10 (dez) dias, contado do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela Prefeitura Municipal de Cambuí –MG.
- 63 O Prazo de garantia da obra será o definido pelo CREA/CAU e não poderá ser inferior a 01 (Um) ano, prevalecendo sempre o maior prazo, contado do Termo de Recebimento Definitivo da obra a ser emitido por comissão designada pela autoridade competente.
- 64 A proposta deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, contada da data estabelecida no preâmbulo desta Tomada de Preços para o recebimento dos envelopes "Documentação" e "Proposta".
- 65 Caso os prazos estabelecidos nas condições anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.
- 66 O prazo previsto na Condição 61, poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pelo CONTRATADO, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração da Prefeitura Municipal de Cambuí MG.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

67 - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade

das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Prefeitura Municipal de

Cambuí, poderá ser solicitada prorrogação geral da referida validade a todos os licitantes

classificados, por igual prazo, no mínimo.

68 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento e início da abertura dos envelopes,

sem a solicitação ou a convocação de que tratam as Condições estabelecidas neste Edital, os

licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

SEÇÃO XIII – DO ENQUADRAMENTO LEGAL DA LICITAÇÃO

69 - Trata-se de licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo "Menor Preço Global",

"Empreitada por Preço Global" enquadrada nos artigos 10, inciso II, alínea "a", 22, inciso II, e 45, §

1º, inciso I, todos da Lei nº. 8.666/93.

SEÇÃO XIV – DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

70 - Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, incisos I e II da

Lei nº. 8.666/93, as propostas que:

71 - Apresentarem valor global superior à Planilha Orçamentária de Custos, ou com preços

manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada

sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são

coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a

execução do objeto;

72 - Em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado,

aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários, propostos pelos licitantes,

ultrapassar os respectivos custos previstos na planilha orçamentária.

73 - Não sendo aceitas as justificativas, somente ocorrerá a desclassificação do licitante caso este

não concorde em alterar os itens que apresentem custo unitário superior aos custos medianos

constantes da Planilha Orçamentária, no prazo fixado pela Comissão.

74 - Não atenderem às exigências contidas nesta Tomada de Preços.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

75 - A diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários da Planilha Orçamentária, não poderá ser reduzida, em favor do CONTRATADO, em decorrência

de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

76 - Ao longo da execução do contrato, caso haja a necessidade de se firmar termo aditivo, os

custos unitários dos itens acrescidos deverão seguir as seguintes orientações:

- Para itens que já constem do contrato, os custos corresponderão àqueles já contratados;

- Para itens novos existentes na Planilha Orçamentária, os custos corresponderão àqueles

relativos aos das medianas constantes daquele sistema para a região, aplicado sobre esse valor o

mesmo desconto global fornecido pela empresa em relação ao orçamento estimativo da Prefeitura

de Cambuí;

- Para os itens novos não constantes da Planilha Orçamentária, o menor custo obtido a partir da

pesquisa realizada em, pelo menos, três fornecedores;

- Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico

circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários ultrapassar os

respectivos custos nos termos dos critérios ora definidos.

77 - Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a

70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento)

do valor orçado pela Administração; ou

- Valor orçado pela Administração.

78 - Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a

Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação,

pelos licitantes, de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas de

inabilitação ou desclassificação.

SEÇÃO XV – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

79 - Após analisar a conformidade das propostas com o estabelecido nesta Tomada de Preços,

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

será declarada como mais vantajosa para a Administração a oferta de menor preço global.

- Considera-se preço global o valor total apurado na proposta, ou seja, o somatório de todos os

itens da planilha de preços apresentada.

80 - A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao

Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cambuí, ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas

estranhas a ele, para orientar sua decisão.

- A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar dos licitantes, para efeito

de análise e caso entenda necessário, a apresentação da relação da marca e do modelo dos

materiais considerados na composição dos preços ofertados.

81 - A Comissão Permanente de Licitação efetuará análise individual dos preços unitários cotados

nas propostas dos licitantes.

82 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Tomada de Preços,

inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas

ofertas dos demais licitantes.

83 - Não se admitirá proposta que apresentar preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de

valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos

respectivos encargos, ainda que esta Tomada de Preços não tenha estabelecido limites mínimos,

exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os

quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

84 - À Comissão Permanente de Licitação, além do recebimento e exame das propostas, caberá o

julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem como em seus anexos, e a

decisão quanto às dúvidas ou omissões deste Edital.

85 - Os envelopes contendo as propostas das empresas inabilitadas ficarão à disposição destas

pelo período de 10 (dez) dias úteis, contados do encerramento da licitação - transcorrido o prazo

regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso,

quando denegados os recursos interpostos, após o que serão destruídos pela Comissão

Permanente de Licitação.

SEÇÃO XVI – DA PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

 $86\,\,\mathrm{Em}$ conformidade com o previsto no Decreto Municipal Nº. 058/2023, a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou

regionalmente será feita da seguinte forma:

a) A microempresas e empresas de pequeno porte local terão prioridade de contratação, caso

o preço por ela ofertado não seja superior a 10% do melhor preço válido para a

contratação.

b) A microempresas e empresas de pequeno porte regionais, terão prioridade de contratação,

caso o preço por ela ofertado não seja superior a 5% do melhor preço válido para a

contratação.

SEÇÃO XVII – DO DIREITO DE PETIÇÃO

87 - Observado o disposto no artigo 109 da Lei nº. 8.666/93, o licitante poderá apresentar recurso

ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado

da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação, julgamento das

propostas, anulação ou revogação desta Tomada de Preços.

a. - Para efeito do disposto no § 5º do art. 109 da Lei nº. 8.666/93, ficam os autos desta

Tomada de Preços com vista franqueada aos interessados.

88 - Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no

prazo de 05 (cinco) dias úteis.

89 - Findo o período previsto na condição anterior, impugnado ou não o recurso, a Comissão

Permanente de Licitação poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar a sua decisão ou

fazê- lo subir, devidamente informando, ao Secretário Municipal de Administração da Prefeitura

Municipal de Cambuí - MG, para encaminhamento ao Prefeito Municipal.

90 - Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa do licitante que pretender

modificação total ou parcial das decisões da Comissão Permanente de Licitação deverão ser

apresentados por escrito, exclusivamente, anexando-se ao recurso próprio.

91 - O recurso interposto deverá ser comunicado à Comissão Permanente de Licitação, logo após

ter sido protocolizado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Cambuí -MG.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

SEÇÃO XVIII – DA ADJUDICAÇÃO

92 - A execução dos serviços correspondentes ao objeto será adjudicada globalmente a uma única empresa, depois de atendidas as condições desta Tomada de Preços.

SEÇÃO XIX - DO TERMO DE CONTRATO

93 - Sem prejuízo do disposto no Capítulo III a IV da Lei nº. 8.666/93, o contrato referente a Execução de superestrutura, fechamento com alvenaria e cobertura do prédio da nova escola municipal a ser construida no bairro Vale das Montanhas em Cambuí-MG, será formalizado e conterá, necessariamente, as condições já especificadas neste instrumento convocatório.

94 - Quaisquer condições apresentadas pelo adjudicatário em sua proposta, se pertinentes, poderão ser acrescentadas ao contrato a ser assinado.

SEÇÃO XX - DA GARANTIA CONTRATUAL

- 1. Será exigido que a licitante vencedora apresente à Prefeitura de Cambuí comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em até 05 (cinco) dias corridos, após a publicação do contrato, prorrogável por igual período, observado o disposto no § 5º, art. 56, da Lei 8.666/1993, mediante uma das seguintes modalidades:
- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
 - a.1) No caso de prestação da garantia na modalidade de caução em dinheiro, a empresa vencedora do certame deverá efetuar depósito em conta indicada pelo município e apresentar o comprovante à Prefeitura de Cambuí em até 05 (quinze) dias corridos, após a publicação do contrato.
- b) seguro-garantia;



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

SEÇÃO XXI – DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

- 47 A Prefeitura Municipal de Cambuí MG convocará oficialmente ao adjudicatário, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº.8.666/93.
- 48 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da Prefeitura Municipal de Cambuí -MG.
- 49 É facultado à Administração da Prefeitura Municipal de Cambuí MG, quando o convocado não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, ou revogar esta Tomada de Preços, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº.8.666/93.
- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração da Prefeitura Municipal de Cambuí, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades prevista no artigo 87 da Lei 8.666/93, a saber:

I - advertência;

 II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

- § 10 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
- § 20 As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- § 30 A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- a. O disposto nesta sub-condição não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei nº. 8.666/93, que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

SEÇÃO XXII - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

- No caso de divergência de informações entre os desenhos de execução dos projetos e as especificações, prevalecerá primeiramente o contido nas especificações, seguido da planilha orçamentária e, por último, dos desenhos, sempre consultada a FISCALIZAÇÃO.
- Em caso de divergência entre desenho de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala. Na divergência entre cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, prevalecerão as primeiras, sempre consultada a FISCALIZAÇÃO.
- As dúvidas e/ou omissões, porventura existentes nas Especificações constantes do Memorial Descritivo, serão resolvidas pela FISCALIZAÇÃO.
- Todos os trabalhos deverão ser executados por mão-de-obra qualificada, devendo o contratado estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondentes a cada um dos serviços constantes das Especificações Técnicas.
- 55 O contratado ficará obrigado a executar fielmente os serviços programados nas



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

especificações, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Prefeitura Municipal de Cambuí-MG.

56 - A despesas para o presente processo licitatório correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

1030100063.041 Construção, ampliação ou reformas unidades de saúde 449051 Obras e Instalações e,

1030100063.160 Manutenção da atenção primária FES 449051 Obras e Instalações

SEÇÃO XXIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

- Tratando-se de produtos de procedência estrangeira, a Prefeitura Municipal de Cambuí – MG, poderá exigir do contratado a apresentação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da entrega dos materiais, dos documentos relativos à importação.

- O licitante deverá indicar em sua proposta, ou encaminhar até a data de assinatura do contrato, o nome e o número do telefone do seu preposto, sujeito à aceitação da Administração da Prefeitura Municipal de Cambuí - MG, para representá-lo durante a execução do contrato.

- Em caso de dúvida, o interessado deverá contatar a Comissão Permanente de Licitação por meio do telefone (35) 3431-1167, ou do e-mail: <u>licitacoes@prefeituradecambui.mg.gov.br</u>, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários.

SEÇÃO XXIV - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

60 - É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente Edital, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento dos envelopes "Documentação" e "Proposta", devendo a Administração da Prefeitura Municipal de Cambuí - MG, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

61 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Prefeitura Municipal de Cambuí – MG, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data marcada para recebimento dos envelopes "Documentação" e "Proposta", apontando as falhas ou irregularidades



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

62 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar desta Tomada de Preços, até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

- A impugnação interposta deverá ser comunicada à Comissão Permanente de Licitação, logo após ter sido protocolizada no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Cambuí - MG.

SEÇÃO XXV - DA TOMADA DE PREÇOS

- A Administração da Prefeitura Municipal de Cambuí - MG, com relação a esta Tomada de Preços:

- a. Deverá anulá-la, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;
- b. Poderá revogá-la, a seu juízo, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
- c. Poderá transferir a data de abertura dos envelopes "Documentação" e "Proposta", por sua conveniência exclusiva.
- 65 Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta Tomada de Preços:
 - a. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº8.666/93;
 - b. -A nulidade do procedimento licitatório induza do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na sub-condição anterior;
 - c. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

SEÇÃO XXVI - DOS ANEXOS

66 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXOI Projetos Básicos;
ANEXOII Memorial Descritivo;
ANEXOIII Planilha Orçamentária;

ANEXOIV Cronograma Físico-Financeiro;

ANEXO V Modelo de Credenciamento Específico;

ANEXO VI Modelo de Declaração de Enquadramento ME OUEPP;

ANEXO VII Modelo de Proposta de Preço;

ANEXO VIII Modelo de Declaração de Responsável Técnico; ANEXO IX Modelo de Declaração Geral para Habilitação;

ANEXO X Minuta de Contrato;
ANEXO XI Detalhamento do BDI.

SEÇÃO XXVII - DO FORO

- As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Cidade de Cambuí - MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

Cambuí/MG, 01 de agosto de 2023.

Antonio Carlos Barbosa Presidente da CPL

Leonardo Fabrício da Rosa Membro da CPL

Fabiana de Paula Liz Membro da CPL

Jucelene Nascimento Dias Membro da CPL De acordo:

Leandro Fabrício da Rosa Controle Interno



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO I

PROJETOS BÁSICOS



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO

Obra: Ampliação Farmácia de Minas – Modelo 03 Unidade Convencional de 80m². Local: Rua Olímpio Ernesto da Silva, nº 487, bairro Santa Edwiges, Cambuí – MG

Coordenada Geográfica: LAT.: 22°36'16.48"S // LONG.: 46° 3'25.47"O

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Este memorial descritivo é parte complementar das demais documentações técnicas da obra supra indicada.

Resumidamente, a obra será de ampliação do almoxarifado da Farmácia de Minas, seguindo modelo padrão oferecido pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

A obra será em estrutura convencional de concreto armado e fechamento em alvenaria de bloco de concreto para vedação. Acabamentos e demais detalhes em conformidade com o projeto.

Todos os procedimentos deverão seguir as normas pertinentes da ABNT ou demais recomendadas.

Todos os serviços deverão ser feitos por mão de obra treinada e apta ao trabalho nas frentes.

O responsável técnico da empresa contratada deverá estar sempre presente na ora à fim de monitorar e garantir a qualidade dos trabalhos.

A responsabilidade sobre a Saúde e Segurança Ocupacional de toda a equipe de obra, bem como as medidas e o gerenciamento em Saúde e Segurança do Trabalho é de responsabilidade da empresa contratada.

Logo após a assinatura do contrato, a empresa contratada deverá apresentar à Prefeitura Municipal de Cambuí a RRT (Registro de Responsabilidade Técnica - CAU) ou ART (Atestado de Responsabilidade Técnica – CREA) de execução de obra.

Para as medições, a empresa deverá protocolar a planilha de medição com o período de obra descrito, o relatório fotográfico do período de obra e o diário de obras do período de execução a ser



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

medido. Só serão medidos aqueles serviços enumerados na documentação técnica, e que estejam devidamente concluídos e aprovados pela fiscalização da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura de Cambuí – MG.

Todos os materiais técnicos desta obra, bem como as condições locais deverão ser analisadas antes da contratação.

Dúvidas ou qualquer outro assunto referente à obra ou ao material técnico, deverão ser dirimidas formalmente, por meio de protocolo na Prefeitura Municipal de Cambuí.

2. INFRAESTRUTURA:

A infraestrutura será em radier de concreto ciclópico 15 Mpa, com 30% de pedra de mão, armado, conforme projeto.

3. SUPERESTRUTURA:

A superestrutura será do tipo convencional de concreto armado.

As formas deverão ser em compensado resinado, espessura de 10mm. Todas as formas deverão ser devidamente travadas, estarem dentro das dimensões exatas dos elementos estruturais, devidamente travadas e aprumadas.

Deverão resistir a aplicação do concreto, conservando sua geometria e resistência.

Todas as armaduras deverão seguir todas as bitolas e espaçamentos especificados em projeto. Deverão ter o espaçamento uniforme de todos os lados da forma à fim de garantir a devida proteção contra oxidações, carbonatações e demais patologias.

Para as armaduras, deverão ser observadas e seguidas todas as Normas Técnicas da ABNT pertinentes e cabíveis.

O concreto será do tipo estrutural, usinado bombeado, com fck 35 mpa, inclusive lançamento, adensamento e acabamento. O concreto deverá ser dispensado caso não ofereça a resistência almejada ou caso não esteja dentro dos padrões estabelecidos.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

Em todas as peças o concreto deverá ser vibrado e apiloado evitando sempre transferir a vibração nas armações. Nos pilares a concretagem deverá ser feita evitando o acúmulo de agregado graúdo em sua base.

Após a desforma as peças estruturais serão verificadas e caso sejam detectadas quaisquer anomalias que possam prejudicar a integridade dos elementos estruturais e por isto a segurança da edificação, as mesmas serão demolidas e refeitas sem ônus para a Contratante.

Para o concreto, deverão ser observadas e seguidas todas as Normas Técnicas da ABNT pertinentes e cabíveis.

As lajes do setor pedagógico da escola serão do tipo pré moldadas, H-8, capeamento e=4 cm, sc = 300 kg/m2, I = 4,00 m. Serão armadas com tela de aço soldada nervurada, ca-60, q-113, (1,8 kg/m2), diâmetro do fio = 3,8 mm, largura = 2,45 m, espaçamento da malha = 10 x 10 cm. As lajotas deverão ser em isopor.

Nas lajes deverão estar as caixas de passagem octogonais de PVC dimensões 4"x4" e os eletrodutos eletroduto flexível corrugado, pvc, dn 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalado em laje.

Todos os períodos tecnicamente estabelecidos para desforma dos elementos estruturais deverão ser seguidos para que atinjam as resistências iniciais mínimas para sua perfeita integridade e utilização.

A cura dos elementos estruturais deverá ser feita dentro das normas estabelecidas à fim de evitar porosidades – capilaridades causadas pela evaporação da água do concreto -, fissuras e demais patologias que possam prejudicar o devido uso da estrutura.

Para as lajes pré moldadas, deverão ser observadas e seguidas todas as Normas Técnicas da ABNT pertinentes e cabíveis.

4. COBERTURAS:

A cobertura será em telha de fibrocimento espessura de 6,0mm, conforme projeto. A calha será em alvenaria impermeabilizada, conforme indicações em projeto.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

5. DAS ALVENARIAS:

Toda Alvenaria deverá ser executada com blocos de concreto espessuras de 14 e 19 cm para vedação.

Em todos os vãos de portas e janelas deverão ser executadas as vergas e contravergas feitas com bloco canaleta de concreto preenchido com concreto e armação conforme projeto. Todas as medidas estão especificadas em projeto.

Os blocos deverão apresentar boa qualidade, ser assentes a prumo e dentro das recomendações técnicas pertinentes.

6. DOS REVESTIMENTOS:

Todas as paredes e tetos deverão receber chapisco desempenado traço 1:3 (cimento areia), espessura de 5mm e reboco traço 1:2:8 (cimento, cal e areia) espessura 20mm.

7. DOS PISOS:

Deverá ser executado o contrapiso traço 1:3 (cimento e areia) antes da aplicação dos revestimentos em porcelanato.

O piso de porcelanato será do tipo

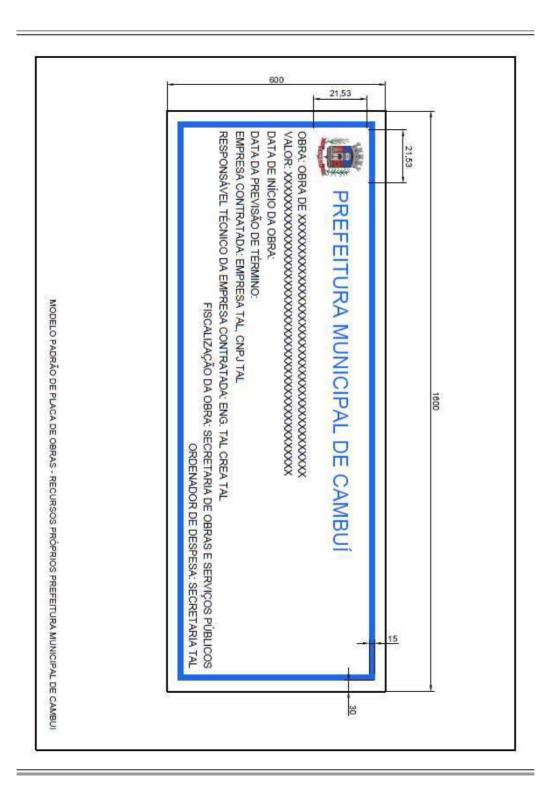
Leonardo Mesquita Reis Belico Arquiteto e Urbanista

José Benedito da Costa Filho Secretário de Obras e Serviços Públicos



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO I – PLACA DE OBRA PADRÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBUÍ





Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO III - PLANILHA ORCAMENTÁRIA

		PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS	<u> </u>					
Obra:		Ampliação do Almoxarifado da Farmácia de Minas						
Endere	ço da Obra:	Rua Olímpio Ernesto da Silva-nº 487 - Bairro Santa Edwiges, Cambuí - M.G.	BDI confo	orme Acórdão r	ıº 2622/13 e le	i nº 13.161 de	31/08/15	
	Fontes de Preço:	SEINFRA - Sul, sem desoneração, janeiro de 2023			BDI	23,32%	1,2332	
	ontoo do 1 Togo.	SINAPI - 03 DE 2023 - BH, sem desoneração			551	20,0270	1,2002	
1		SERVIÇOS PRELIMINARES						
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	V.UNIT. S/ BDI	V.UNIT. C/ BDI	TOTAL DO ITEM	
1.1	SEINFRA - ED-16660	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA #26, ESP. 0,45 MM, PLOTADA COM ADESIVO VINÍLICO, AFIXADA COM REBITES 4,8X40 MM, EM ESTRUTURA METÁLICA DE METALON 20X20 MM, ESP. 1,25 MM, INCLUSIVE SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVADO PINTADO COM TINTA PVA DUAS (2) DEMÃOS	M2	18	R\$ 315,39	R\$ 388,94	R\$ 7.000,92	
1.2	SEINFRA - ED-50135	BARRAÇÃO DE OBRA, EM CHAPA DE COMPENSADO RESINADO, INCLUSIVE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E MOBILIÁRIO - PADRÃO DER-MG	M2	9	R\$ 594,09	R\$ 732,63	R\$ 6.593,67	
1.3	SEINFRA - ED-17989 - SUBSTITUI O ITEM ED-50273 *	LOCAÇÃO DE OBRA COM GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M, REAPROVEITAMENTO (2X), INCLUSIVE ACOMPANHAMENTO DE EQUIPE TOPOGRÁFICA PARA MARCAÇÃO DE PONTO TOPOGRÁFICO	M2	27,73	R\$ 52,95	R\$ 65,30	R\$ 1.810,77	
1.4	SEINFRA - ED-50703	LIMPEZĂ DO TERRENO, INCLUSIVE CAPINA, RASTELAMENTO COM AFASTAMENTO ATÉ 20M E QUEIMA CONTROLADA	M2	36,00	R\$ 2,32	R\$ 2,86	R\$ 102,96	
			VALOR TOTAL DO ITEM				R\$ 15.508,32	
2		DEMOLIÇÕES						
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	V.UNIT. S/ BDI	V.UNIT. C/ BDI	TOTAL DO ITEM	
2.1	SEINFRA - ED-48479	DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO OU CONTRAPISO DE ARGAMASSA ESPESSURA MÁXIMA DE 10CM, INCLUSIVE AFASTAMENTO	M2	21,38	R\$ 17,53	R\$ 21,62	R\$ 462,24	



Estado de Minas Gerais

2.2	SEINFRA - ED-48435	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLO E BLOCO SEM APROVEITAMENTO DO MATERIAL, INCLUSIVE AFASTAMENTO	МЗ	1,23	R\$ 103,14	R\$ 127,19	R\$ 156,44		
			VALO	R TOTAL DO I	TEM	R\$ (618,68		
3	3 INFRAESTRUTURA								
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	V.UNIT. S/ BDI	V.UNIT. C/ BDI	TOTAL DO ITEM		
3.1	SEINFRA - ED-51107	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,5M	МЗ	18,03	R\$ 67,39	R\$ 83,11	R\$ 1.498,47		
3.2	SEINFRA - ED-51094	APILOAMENTO DO FUNDO DE VALAS COM PLACA	M2	27,73	R\$ 12,58	R\$ 15,51	R\$ 430,09		
3.3	SEINFRA ED-49813	LASTRO DE BRITA 2 OU 3 APILOADO MANUALMENTE	M3	1,40	R\$ 178,95	R\$ 220,68	R\$ 308,95		
3.4	SEINFRA - ED-49780	CONCRETO CICLÓPICO, FCK 15 MPA, PREPARADO EM OBRA COM BETONEIRA, COM 30% DE PEDRA DE MÃO, INCLUSIVE LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	МЗ	13,90	R\$ 520,15	R\$ 641,45	R\$ 8.916,16		
3.5	SEINFRA - ED-48295	CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50 DIÂMETRO (6,3MM A 12,5MM)	KG	200,00	R\$ 13,81	R\$ 17,03	R\$ 3.406,00		
			VALO	R TOTAL DO I	TEM	R\$ 14	.559,67		
4		SUPERESTRUTURA			V.UNIT. S/	V UNIT O	TOTAL DO		
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	BDI	V.UNIT. C/ BDI	ITEM		
4.1	SINAPI - 92431	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 10 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	22	R\$ 56,98	R\$ 70,27	R\$ 1.545,94		
4.2	SINAPI - 92467	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	24,76	R\$ 103,82	R\$ 128,03	R\$ 3.170,02		



Estado de Minas Gerais

_			_	-	•	-	
4.3	SINAPI - 92479 SUBSTITUI O ITEM 101792 *	ESCORAMENTO DE FÔRMAS DE LAJE EM MADEIRA NÃO APARELHADA, PÉ- DIREITO SIMPLES, INCLUSO TRAVAMENTO, 4 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	МЗ	3,33	R\$ 71,24	R\$ 87,85	R\$ 292,54
4.4	SEINFRA - ED-49640	FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL, USINADO BOMBEADO, COM FCK 35 MPA, INCLUSIVE LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	МЗ	2,85	R\$ 775,08	R\$ 955,83	R\$ 2.724,12
4.5	SEINFRA - ED-48295	CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50 DIÂMETRO (6,3MM A 12,5MM)	KG	253,96	R\$ 13,81	R\$ 17,03	R\$ 4.324,94
4.6	SEINFRA - ED-50260	LAJE PRÉ-MOLDADA, A REVESTIR, INCLUSIVE CAPEAMENTO E = 4 CM, SC = 300 KG/M2, L = 4,00 M	M2	30,07	R\$ 168,65	R\$ 207,98	R\$ 6.253,96
4.7	SINAPI -I 39507	TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-113, (1,8 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 3,8 MM, LARGURA = 2,45 M, ESPACAMENTO DA MALHA = 10 X 10 CM	M2	30,07	R\$ 19,93	R\$ 24,58	R\$ 739,12
			VALO	R TOTAL DO I	TEM	R\$ 19	.050,64
							,
5		COBERTURA					
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	V.UNIT. S/ BDI	V.UNIT. C/ BDI	TOTAL DO ITEM
5.1	SEINFRA - ED-48408	ENGRADAMENTO PARA TELHADO DE FIBROCIMENTO ONDULADA	M2	18,93	R\$ 82,84	R\$ 102,16	R\$ 1.933,89
5.2	SEINFRA - ED-48424	COBERTURA EM TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM	M2	18,93	R\$ 39,23	R\$ 48,38	R\$ 915,83
				00.05	D# 50 50	D# 70.00	D# 1 500 07
5.3	SEINFRA - ED-50995	PEITORIL DE CONCRETO E = 3 CM, FCK >= 13,5 MPA, L = 25 CM	M	20,85	R\$ 59,50	R\$ 73,38	R\$ 1.529,97



Estado de Minas Gerais

	·		VALOR TOTAL DO ITEM		R\$ 9.	438,16	
5.10	SEINFRA - ED-50948	ESCADA MARINHEIRO COM GRADIL PROTETOR - D = 3/4"	М	2,7	R\$ 391,85	R\$ 483,23	R\$ 1.304,72
5.9	SEINFRA - ED-50668	CONDUTOR DE AP DO TELHADO EM TUBO PVC ESGOTO, INCLUSIVE CONEXÕES E SUPORTES, 100 MM	М	8,42	R\$ 100,03	R\$ 123,36	R\$ 1.038,69
5.8	SEINFRA - ED-50168	IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA ASFÁLTICA PRÉ-FABRICADA, E = 4 MM	M2	8,3	R\$ 63,52	R\$ 78,33	R\$ 650,14
5.7	SEINFRA - ED-50761	REBOCO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA) , ESP. 20MM, APLICAÇÃO MANUAL, PREPARO MECÂNICO	M2	13	R\$ 34,64	R\$ 42,72	R\$ 555,36
5.6	SEINFRA - ED-50730	CHAPISCO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:2:3 (CIMENTO, AREIA E PEDRISCO), APLICADO COM COLHER, ESP. 5MM, PREPARO MECÂNICO	M2	13	R\$ 13,80	R\$ 17,02	R\$ 221,26
5.5	SEINFRA - ED-48227	ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM TIJOLO MACIÇO REQUEIMADO, ESP. 10CM, PARA REVESTIMENTO, INCLUSIVE ARGAMASSA PARA ASSENTAMENTO	M2	3,32	R\$ 92,03	R\$ 113,49	R\$ 376,79

6		ALVENARIA								
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	V.UNIT. S/ BDI	V.UNIT. C/ BDI	TOTAL DO ITEM			
6.1	SEINFRA - ED-48193	ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM BLOCO DE CONCRETO, ESP. 19CM, PARA REVESTIMENTO, INCLUSIVE ARGAMASSA PARA ASSENTAMENTO	M2	69	R\$ 99,80	R\$ 123,07	R\$ 8.491,83			
6.2	SEINFRA - ED-48192	ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM BLOCO DE CONCRETO, ESP. 14CM, PARA REVESTIMENTO, INCLUSIVE ARGAMASSA PARA ASSENTAMENTO	M2	7	R\$ 64,91	R\$ 80,05	R\$ 560,35			
6.3	SEINFRA - ED-48388	CINTA DE AMARRAÇÃO DE ALVENARIA COM BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL, CANALETA TIPO "U", ESP. 14CM, (FBK 4, 5MPA), PARA REVESTIMENTO, INCLUSIVE ARGAMASSA PARA ASSENTAMENTO, EXCLUSIVE GRAUTE E ARMAÇÃO	М	5,6	R\$ 30,53	R\$ 37,65	R\$ 210,84			
6.4	SEINFRA - ED-29621 SUBSTITUI O ITEM ED-49663*	PREPARO DE GRAUTE COM ARGAMASSA DE CIMENTO, AREIA SEM PENEIRAR E PEDRISCO TRAÇO 1:3:2	МЗ	0,1	R\$ 680,35	R\$ 839,01	R\$ 83,90			



Estado de Minas Gerais

6.5	SEINFRA - ED-48295	CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50 DIÂMETRO (6,3MM A 12,5MM)	KG	4	R\$ 13,81	R\$ 17,03	R\$ 68,12
			VALO	R TOTAL DO I	TEM	R\$ 9.	415,04
7		REVESTIMENTOS					
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	V.UNIT. S/ BDI	V.UNIT. C/ BDI	TOTAL DO ITEM
7.1	SEINFRA - ED-50728	CHAPISCO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESP. 5MM, APLICADO EM ALVENARIA/ESTRUTURA DE CONCRETO COM COLHER, PREPARO MECÂNICO	M2	185	R\$ 12,60	R\$ 15,54	R\$ 2.874,90
7.2	SEINFRA - ED-50761	REBOCO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA), ESP. 20MM, APLICAÇÃO MANUAL, PREPARO MECÂNICO	M2	185	R\$ 34,64	R\$ 42,72	R\$ 7.903,20
			VALO	R TOTAL DO I	TEM	R\$ 10	.778,10
8		PISOS					
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	V.UNIT. S/ BDI	V.UNIT. C/ BDI	TOTAL DO ITEM
8.1	SEINFRA - ED-50569	CONTRAPISO DESEMPENADO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESP. 50MM	M2	23,73	R\$ 59,59	R\$ 73,49	R\$ 1.743,92
8.2	SEINFRA - ED-50753	REVESTIMENTO COM PORCELANATO APLICADO EM PISO, ACABAMENTO ESMALTADO ACETINADO, AMBIENTE INTERNO/EXTERNO, PADRÃO EXTRA, BORDA RETIFICADA, DIMENSÃO DA PEÇA (45X45CM), ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO	M2	25,13	R\$ 143,57	R\$ 177,05	R\$ 4.449,27
8.3	SEINFRA - ED-50563	PISO CIMENTADO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, ESP. 25MM, ACABAMENTO DESEMPENADO E FELTRADO	M2	27,57	R\$ 52,39	R\$ 64,61	R\$ 1.781,30



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

8.4	SINAPI -I 39507	TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-113, (1,8 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 3,8 MM, LARGURA = 2,45 M, ESPACAMENTO DA MALHA = 10 X 10 CM	M2	27,57	R\$ 19,93	R\$ 24,58	R\$ 677,67
8.5	SEINFRA - ED-51003	SOLEIRA DE GRANITO CINZA ANDORINHA E = 3 CM	M2	0,44	R\$ 292,23	R\$ 360,38	R\$ 158,57
			VALC	R TOTAL DO I	TEM	R\$ 8.	810,73
9		ESQUADRIA					
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	V.UNIT. S/ BDI	V.UNIT. C/ BDI	TOTAL DO ITEM
9.1	SEINFRA - ED-51158	VIDRO TEMPERADO INCOLOR, ESP. 6MM, INCLUSIVE FIXAÇÃO E VEDAÇÃO COM GUARNIÇÃO/GAXETA DE BORRACHA NEOPRENE, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, EXCLUSIVE CAIXILHO/PERFIL	M2	1,4	R\$ 232,66	R\$ 286,92	R\$ 401,69
			VALC	R TOTAL DO I	TEM	R\$ 4	101,69
10		FORRO					
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	V.UNIT. S/ BDI	V.UNIT. C/ BDI	TOTAL DO ITEM
10.1	SEINFRA - ED-49687	FORRO DE GESSO EM PLACAS ACARTONADAS - FGA	M2	23,73	R\$ 57,23	R\$ 70,58	R\$ 1.674,86
	,		VALC	R TOTAL DO I	TEM	R\$ 1.	674,86
11		PINTURA					
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	V.UNIT. S/ BDI	V.UNIT. C/ BDI	TOTAL DO ITEM
11.1	PREPARAÇÃO PARA EMASSAMENTO OU PINTURA (LÁTEX/ACRÍLICA) EM PAREDE DE GESSO ACARTONADO (DRY-WALL) E FORRO DE GESSO, INCLUSIVE UMA (1) DEMÃO DE SELADOR ACRÍLICO		M2	23,73	R\$ 5,58	R\$ 6,88	R\$ 163,26



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

12		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	V.UNIT. S/ BDI	V.UNIT. C/ BDI	TOTAL DO ITEM
12.1	SINAPI 91847 SUBSTITUI O ITEM 91846 *	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	М	22	R\$ 13,58	R\$ 16,75	R\$ 368,50
12.2	SEINFRA - ED-16634	CAIXA DE LIGAÇÃO/PASSAGEM EM PVC RÍGIDO PARA ELETRODUTO COM SUPORTE PARA LAJOTA, OCTOGONAL COM FUNDO MÓVEL, DIMENSÕES 4"X4", EMBUTIDA EM LAJE PRÉ-MOLDADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID.	2	R\$ 13,34	R\$ 16,45	R\$ 32,90
12.3	SEINFRA - ED-49378	LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE, BASE G13, POTÊNCIA 40W, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, EXCLUSIVE REATOR E LUMINÁRIA	UNID.	4	R\$ 17,67	R\$ 21,79	R\$ 87,16
12.4	SEINFRA - ED-49520	REATOR ELETRÔNICO, ALTO FATOR DE POTÊNCIA (A.F.P), PARTIDA RÁPIDA, PARA DUAS (2) LÂMPADAS TUBULARES, POTÊNCIA 40W, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID.	2	R\$ 40,76	R\$ 50,27	R\$ 100,54



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

12.5	SEINFRA - ED-50232	PONTO DE EMBUTIR PARA UMA (1) TOMADA PADRÃO, TRÊS (3) POLOS (2P+T/10A-250V), COM PLACA 4"X2" DE UM (1) POSTO, COM ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, ANTI-CHAMA, DN 25MM (3/ 4"), EMBUTIDO NA ALVENARIA E CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO LSHF/ATOX, NÃO HALOGENADO, SEÇÃO 2,5MM2 (70°C-450/750V), COM DISTÂNCIA DE ATÉ DEZ (10) METROS DO PONTO DE DERIVAÇÃO, INCLUSIVE CAIXA DE LIGAÇÃO, SUPORTE E FIXAÇÃO DO ELETRODUTO COM ENCHIMENTO DO RASGO NA ALVENARIA/CONCRETO COM ARGAMASSA	UNID.	1	R\$ 300,87	R\$ 371,03	R\$ 371,03
12.6	SEINFRA - ED-17903	PONTO DE SOBREPOR PARA UM (1) INTERRUPTOR SIMPLES (10A-250V), COM PLACA 4"X2" DE UM (1) POSTO, COM ELETRODUTO DEAÇO GALVANIZADO, CLASSE LEVE, DN 20MM (3/4"), FIXADO NAALVENARIA/TETO E CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5,ISOLAMENTO TIPO LSHF/ATOX, NÃO HALOGENADO, SEÇÃO 2,5MM2 (70°C-450/750V), COM DISTÂNCIA DE ATÉ DEZ (10) METROSDO PONTO DE DERIVAÇÃO, INCLUSIVE FORNECIMENTO,INSTALAÇÃO, CONDULETE EM ALUMÍNIO, CONEXÕES, SUPORTE EFIXAÇÃO DO ELETRODUTO	UNID.	1	R\$ 439,43	R\$ 541,91	R\$ 541,91
12.7	SEINFRA - ED-48951	CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO LSHF/ATOX, NÃO HALOGENADO, ANTICHAMA, TERMOPLÁSTICO, UNIPOLAR, SEÇÃO 2,5 MM2, 70°C, 450/750V	М	64	R\$ 4,88	R\$ 6,02	R\$ 385,28
12.8	SINAPI - 103247	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, HI-WALL (PAREDE), 12000 BTU/H, CICLO FRIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2021_P	UNID.	1	R\$ 2.465,37	R\$ 3.040,29	R\$ 3.040,29
12.9	SEINFRA - ED-49231	DISJUNTOR MONOPOLAR TERMOMAGNÉTICO 5KA, DE 20A	UNID.	2	R\$ 23,35	R\$ 28,80	R\$ 57,60
			VALO	R TOTAL DO I	TEM	R\$ 4.	985,21



Estado de Minas Gerais

Administração	2021/2024
---------------	-----------

13		PAISAGISMO					
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	V.UNIT. S/ BDI	V.UNIT. C/ BDI	TOTAL DO ITEM
13.1		PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA EM PLACAS, INCLUSIVE TERRA VEGETAL E CONSERVAÇÃO POR TRINTA (30) DIAS	M2	27	R\$ 30,66	R\$ 37,81	R\$ 1.020,87
			VALO	R TOTAL DO I	TEM	R\$ 1.	.020,87

VALOR TOTAL DO ÍTEM R\$ 101.002,80

Rodrigo César Bueno Secretário da Saúde Leonardo Mesquita Reis Belico Arquiteto Urbanista



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO IV - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Obra:	Ampliação do Almoxarifado da Fa	rmácia de Minas							
Endereço da Obra:	Rua Olímpio Ernesto da Silva-nº 4	87 - Bairro Santa Edwige	BDI conforme Acórdão nº 2622/13 e lei nº 13.161 de 31/08/15						
Fontes de Preço:	SEINFRA - Sul, sem desoneração	, janeiro de 2023				BDI	23,32%	1,2332	
Tonico de Freço.	SINAPI - 03 DE 2023 - BH, sem d	esoneração					20,0270	1,2002	
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR DO ITEM	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 15.508,32	100%						
'	SETTI QUOT TIELIMINATIES	11ψ 13.300,02	R\$ 15.508,32						
2	DEMOLIÇÕES	R\$ 618,68	100%						
_		114 010,00	R\$ 618,68						
3	INFRAESTRUTURA	R\$ 14.559,67	100%						
-		,,-	R\$ 14.559,67						
4	4 SUPERESTRUTURA R\$ 1:	R\$ 19.050,64	30%	70%					
		. ,	R\$ 5.715,19	R\$ 13.335,45					
5	COBERTURA	R\$ 9.438,16		50%					
				R\$ 4.719,08	R\$ 4.719,08				
6	ALVENARIA	R\$ 9.415,04		50%					
				R\$ 4.707,52	R\$ 4.707,52				
7	REVESTIMENTOS	R\$ 10.778,10			50%				
					R\$ 5.389,05	R\$ 5.389,05			
8	PISOS	R\$ 8.810,73					100%		
							R\$ 8.810,73		
9	ESQUADRIA	R\$ 401,69					100%		
							R\$ 401,69		



Estado de Minas Gerais

Administração 2021/2024

11	PINTURA	R\$ 4.740,83						100% R\$ 4.740,83
12	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 4.985,21		30%			70%	1ιψ 4.7 40,00
		114 1155,21		R\$ 1.495,56			R\$ 3.489,65	
13	PAISAGISMO	R\$ 1.020,87					100%	
		114 115 25,51					R\$ 1.020,87	
	TOTAIS	R\$ 101.002,80	R\$ 36.401,86	R\$ 24.257,61	R\$ 14.815,650	R\$ 5.389,050	R\$ 14.560,37	R\$ 5.578,26
		11ψ 101.002,00						5,52%

100%

Rodrigo César Bueno Secretário da Saúde Leonardo Mesquita Reis Belico Arquiteto Urbanista



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO V MODELO DE CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO

Processo Licitatório №. 666/2023 Tomada de Preços №.006/2023 Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Execução de superestrutura, fechamento com alvenaria e cobertura do prédio da nova escola municipal a ser construida no bairro Vale das Montanhas em Cambuí-MG

Pela presente a empresa	, devidamente inscrita, no CNPJ sob o nº
, neste ato represent	ada pelo Sr,
outorga ao Sr	, CPF:, amplos poderes para representá-la
junto à Prefeitura Municipal de Cambuí – MG, no pro	ocesso licitatório acima identificado, inclusive para
interpor ou desistir de recursos, receber citações	, intimações e responder administrativamente e
judicialmente por seus atos, formular ofertas e la	ances de preços, enfim, praticar todos os atos
pertinentes ao certame, em nome do proponente.	
Representa	ante legal

CPF

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO VI MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME OU EPP

Processo Licitatório №. 666/2023 Tomada de Preços №.006/2023 Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Execução de superestrutura, fechamento com alvenaria e cobertura do prédio da nova escola municipal a ser construida no bairro Vale das Montanhas em Cambuí-MG

Declaro	para	os	devidos	fins	е	sob	as	penalidades	da	Lei,	que	а	empresa:
					, i	inscrita	ı no C	NPJ sob o nº					
está enqu	ıadrada	come	0					(Micro	empr	esa/El	PP/ME	l), e	cumpre os
requisitos	estabe	lecido	os no artig	o 3º da	a Le	i Comp	oleme	ntar nº 123, de	14 d	e Deze	embro (de 20	006, e está
apta a us	ufruir d	o trat	amento fa	vorecio	do e	stabel	ecido	nos artigos 42	ao 4	9 da r	eferida	lei.	Outrossim,
Declaro, o	que não	exist	te qualque	r impe	dime	ento er	ntre os	s previstos nos	inciso	os do §	} 4º do	artig	o 3º da Lei
Complem	entar n	2123/	2006.										
		,	, de			_de 20	23.						
									_				
					F	Repres	entan	te legal					

CPF

Α

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO VII

MODELO DE PROPOSTA DE PRECO

Prefeitura Municipal de Cambuí -MG
Ref.: Tomada de Preços n.º 006/201

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada nos documentos

conforr	s, para execução de ampliação do prédio midade com o que dispõe a Tomada de F antes na Planilha Orçamentária e Memorial Desc	Preços nº.					
02.	Os prazos por nós indicados são os que se s	eguem:					
Observ	 a) prazo de validade da proposta: b) prazo de execução dos serviços: c) prazo para início da obra: d) prazo de garantia dos serviços: vação: Observar todos os prazos descritos na de	(() mê) dia	es(es); a(s);			
03. de	Para tanto, nos propomos a executar os serv quantitativos e preços unitários and (por extenso).	iços pelos exa e	. •		stantes d Jobal	da plan de	nilha R\$
Os dad	dos da nossa empresa são:						
	a) Razão Social: b)CNPJ N.º:			; ;			



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

Inscrição Estadual n.º:	;
Endereço:	 ;
e)CEP:	 ;
Cidade:	 ;
Estado:	 ;
Fone:	 ;
Fax(se houver):	 ;
E-mail:	 ;
Local e data	

(Carimbo e Assinatura do representante legal)

Observação: emitir em papel que identifique o licitante



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

Processo Licitatório №. 666/2023 Tomada de Preços №.006/2023 Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Execução de superestrutura, fechamento com alvenaria e cobertura do prédio da nova escola municipal a ser construida no bairro Vale das Montanhas em Cambuí-MG

Declaramos, ematendimen	ntoaoprevistonoEdital	ldaTomadadePreçosn ^ı	º006/2023,queo(a)	Sr(a)
	, portador(a)	do CPF(MF) nº	e	inscrito(a) no
CREA/CAU_ sob onº	é o	(a) nosso(a) indicado(a	a) como Responsá	vel Técnico para
acompanhar a execução	dos serviços, objeto d	da licitação em apreço		
Local e data				
	Carimbo e Assina	atura do representante	legal)	

Observação:

1) Emitir em papel que identifique o licitante.

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO GERAL PARA LICITAÇÃO

, CNPJ nº
, neste ato representada legalmente por
, declara sob as
as as informações e das condições contidas no
ÓRIO №/20
ões e contratações administrativas, conforme
da em nenhum impedimento legal para licitar e
Estado de Minas Gerais, especialmente no que
s impeditivos para sua habilitação no presente
as exigências feitas no referido instrumento
ao cumprimento do objeto da licitação
art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993,

Que n\u00e3o possui em seu quadro societ\u00e1rio ou de pessoal, servidor ou dirigente do \u00f3rg\u00e3o ou entidade contratante ou respons\u00e1vel pela licita\u00e7\u00e3o, em conformidade com o disposto na Lei n\u00e9 8.666/93, artigo 9o, inciso III.

partir dos 14 anos nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos em trabalho de qualquer natureza, salvo na condição de aprendiz, a

 Que, em atendimento ao disposto no Art. 40 da Lei Orgânica do Município de Cambuí, não possui parentesco até o terceiro grau com o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

e os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança e as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo.

• DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013.

(Local e data).	
Assinatura do representante legal	Empresa
Cargo:	Razão Social
CPF Nº.	CNPJ Nº.

Observações:

1) Emitir em papel que identifique o licitante.

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO X - MINUTA DE CONTRATO

Processo Licitatório №. 666/2023 Tomada de Preços №.006/2023

Tipo: Menor Preço Global

Instrumento Contratual visando a contratação de empresa para a Execução de superestrutura, fechamento com alvenaria e cobertura do prédio da nova escola municipal a ser construida no bairro Vale das Montanhas em Cambuí-MG, que entre si celebram o município de Cambuí e a empresa......

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ - MG, com sede à Praça Coronel Justiniano №. 164 -
Centro, na cidade de Cambuí, estado de Minas Gerais, devidamente inscrita no CNPJ/MF
sobonº18.675.975/0001-85, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Tales Tadeu Tavares,
brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº
cidade, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a
empresa,CNPJ/MF nº,Inscrição Estadual Nº
Estabelecida na Rua,nº,na cidade de,Estado de
(cargo na empresa), o Sr.
(qualificação completa), doravante denominada simplesmente
CONTRATADA, e de acordo com o que consta no Processo Licitatório Nº. 666/2023, relativo à Tomada
de Preços nº 006/2023, têm entre si justo e acertado o presente instrumento particular de contrato que
se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente é a Execução de obra visando a ampliação do prédio da Farmácia de Todos em Cambuí-MG.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - O regime de execução será indireto, na forma de empreitada por preço global, com fornecimento de material e mão de obra, conforme caderno de especificações, planilhas quantitativas, cronograma físico - financeiro e projetos integrantes da Pasta Técnica.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1-O valor total deste contrato é deR\$	(),	conforme	proposta	de	preços
vencedora da Tomada de Preços nº.006/2023	3.					

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

- A despesa orçamentária neste exercício com a execução dos serviços de que trata o objeto deste contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária Nº.

1030100063.041 Construção, ampliação ou reformas unidades de saúde 449051 Obras e Instalações e,

1030100063.160 Manutenção da atenção primária FES 449051 Obras e Instalações

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

- O prazo máximo previsto para execução dos serviços será de 06 (seis) meses, contado a partir do início das obras.
- O prazo para início das obras será de 10 (dez) dias, contado do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela Prefeitura Municipal de Cambuí.
- O prazo previsto no item 5.1.1 desta cláusula poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pelo CONTRATADO, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE.
- 5.2 O CONTRATADO deverá apresentar seu cronograma físico-financeiro detalhado, no prazo de até10 (dez) dias, contado da assinatura do contrato, o qual será submetido à aprovação da FISCALIZAÇÃO.
 - 5.2.1 O cronograma físico-financeiro apresentado pelo CONTRATADO e aprovado pela FISCALIZAÇÃO dentro do prazo de execução contratualmente estipulado servirá como base para o acompanhamento da evolução dos serviços e eventual indicativo de atraso, passível de sanções, conforme disposto na cláusula décima oitava.
- -O CONTRATADO deve registrar no Diário de Obras todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução, devendo a FISCALIZAÇÃO, neste mesmo Diário, confirmar ou retificar o registro.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- Caso o Diário de Obras não seja preenchido no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a

ocorrência de evento relevante ao CONTRATADO, a FISCALIZAÇÃO poderá fazer o registro que

achar conveniente e destacar imediatamente as folhas, ficando o CONTRATADO, no caso de dias

improdutivos passíveis de prorrogação de prazos, ou em qualquer outro caso, sem direito a nenhuma

reivindicação.

- A abertura do Diário de Obras deverá ser feita juntamente com a FISCALIZAÇÃO no dia de início

dos serviços.

- Será tolerado o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em casos excepcionais, para o

preenchimento do Diário de Obras durante a execução do objeto, podendo, a partir desse prazo, ser

aplicadas as sanções cabíveis.

- O CONTRATADO deverá apresentar a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços

objeto deste contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

- O prazo de vigência deste contrato inicia-se na data de assinatura do contrato, e vigorará por

12(Doze) meses, possibilitada a sua prorrogação mediante aprovação da Prefeitura Municipal de

Cambuí.

- A critério do CONTRATANTE e com a anuência do CONTRATADO, este contrato pode ser

prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, até o limite de 48 (quarenta e

oito) meses, ou até o término da obra.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE GARANTIA DA OBRA

7.1 - A garantia da obra será de 01 (Um) ano, contados do seu recebimento definitivo, conforme

previsto no art. 618 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS DAS PARTES

- As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas

consequências de sua inexecução total ou parcial.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- O CONTRATADO deve:

- Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
- Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas características e condições de habilitação e qualificação técnica exigidas na licitação, devendo, justificada e previamente, solicitar autorização ao CONTRATANTE, para qualquer alteração que possa afetar o cumprimento deste contrato;
- Reparar, corrigir, remover, substituir, alterar e/ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO, conforme prazos definidos por esta;
- Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, quando tenham sido causados por seus profissionais durante a execução dos serviços;
- Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início dos serviços,
 de reunião de alinhamento de expectativas contratuais com uma equipe de técnicos do
 CONTRATANTE;
- Providenciar e manter qualificação técnica adequada dos profissionais envolvidos no fornecimento dos serviços contratados;
- Responder pela recuperação dos ambientes em caso de intervenção na estrutura durante a instalação;
- Enviar relação de funcionários com nome e Carteira de Identidade à FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço;
- Planejar, desenvolver, implantar e executar os serviços objeto deste contrato, de acordo com os requisitos estabelecidos nas planilhas e no memorial descritivo da Tomada de Preços N°.006/2023;
- Reportar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades da Prefeitura;
- Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;
 - Apresentar ART Anotação de Responsabilidade Técnica em até 10 (dez) dias úteis após a



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

emissão da Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE;

- Fornecer e manter, no local da realização do serviço, Diário de Obra, contendo os lançamentos e registros obrigatórios;

- Apresentar cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos de comprovação de regularidade no cumprimento de obrigações trabalhistas, em até 15 (quinze) dias contados da solicitação pelo CONTRATANTE:

a) - Guia de Recolhimento do INSS;

b) - Guia de Recolhimento do FGTS;

c) - GFIP (com discriminação dos recolhimentos INSS e FGTS por empregado);

- Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

- Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

- Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

- Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

- Responsabilizar-se por qualquer ônus decorrente de desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto.

São expressamente vedadas ao CONTRATADO:

- A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

- A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato;

- O CONTRATANTE, além das obrigações previstas Nas planilhas e no memorial descritivo, deve:



Estado de Minas Gerais

- Administração 2021/2024
- a) Expedir a Ordem de Serviço;
- b) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes às normas internas da Prefeitura quanto ao uso de suas instalações, caso venham a ser solicitados pelos empregados do CONTRATADO;
- c) Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas;
- d) Permitir acesso dos empregados do CONTRATADO às suas dependências, sempre que necessário à execução dos serviços, nos horários previamente acordados;
- e) Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a substituição, a alteração e/ou executar os serviços novamente, não aprovados pela FISCALIZAÇÃO;
- f) Notificar, por escrito, ao CONTRATADO a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- g) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representante(s) especialmente designado(s), nos termos do art. 67 da Lei n.º8.666/93;
- h) Efetuar os pagamentos devidos pela execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- Fornecer as plantas, desenhos e projetos necessários à perfeita compreensão dos serviços e especificações técnicas a eles relacionadas;
- j) comunicar oficialmente ao CONTRATADO quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.
- O CONTRATADO não poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.
- A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos estabelecidos neste contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual o CONTRATADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1 Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por

Engenheiro, contratado pela prefeitura Municipal de Cambuí –MG.

10.2 O fiscalizador do contrato pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em

desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária, bem como adotar as

providências e exercer as competências da FISCALIZAÇÃO previstas no edital da Tomada de Preços

006/2023.

10.3 Durante a vigência deste contrato, o CONTRATADO deve manter preposto, aceito pela

Administração do CONTRATANTE, para representá-lo sempre que for necessário.

10.4 A atestação de conformidade do(s) serviço(s) executado(s) cabe ao titular do setor responsável

pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que

haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1 Na hipótese de o prazo da execução da obra exceder ao período de execução contratualmente

previsto, caso esse atraso não seja atribuído ao CONTRATADO, este contrato poderá ser reajustado

pelo Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-M), mediante solicitação do

CONTRATADO.

12.1.1 - O reajuste de que trata esta cláusula somente poderá ser concedido pela

FISCALIZAÇÃO a partir de 01 (um) ano contado da data de apresentação da data-base da

planilha orçamentária, mediante justificativa da variação do custo de produção no período.

12.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não

possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação

então em vigor.

12.3 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

12.4 Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de

preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº8.666/93.

13.1.1 - No caso de rescisão provocada por inadimplemento do CONTRATADO, o

CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos

prejuízos causados, já calculados ou estimados.

13.2 - No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla

defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 05 (cinco)

dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE

adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO

CONTRATO

14.1 - O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 8.666/1993 e se vincula ao Edital e anexos da

Tomada de Preços Nº. 006/2023, constante do Processo nº 666/2023, bem como à proposta do

CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA MEDIÇÃO, DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

15.1 As medições serão realizadas mensalmente, ou em periodicidade menor, a critério da

Administração, com base no cronograma aprovado, contadas a partir do início efetivo dos serviços,

considerando a fabricação e os serviços efetivamente executados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO,

tomando por base as especificações técnicas e os desenhos de projeto.

15.2 Perdas, sobras, quebras de unidades, ineficiência de mão-de-obra e outros deverão ser

considerados na composição de custos unitários, não sendo, em hipótese alguma, considerados na

medição.

15.3 Aprovada a medição pela FISCALIZAÇÃO, poderá o CONTRATADO emitir e apresentar a



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

respectiva fatura/nota fiscal, devidamente acompanhada dos demais documentos pertinentes, relacionados no item 15.5 desta cláusula, a fim de que o CONTRATANTE possa efetuar o pagamento.

15.4 O CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contado da apresentação do documento fiscal correspondente.

15.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente do CONTRATADO.

15.5 Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- Atestação de conformidade do serviço executado;
- Apresentação da Certidão Negativa de Débito da Previdência Social CND;
- Apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União:
- Apresentação de Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual, Distrital e Municipal;
- Apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS;

15.6 O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo CONTRATADO, nos termos deste contrato.

15.7 Nas hipóteses de sinistro, abandono da obra, falência do CONTRATADO ou rescisão unilateral, os valores dos insumos que porventura já tenham sido adquiridos pela Prefeitura Municipal de Cambuí - MG, por força de contrato anterior, devem ser suprimidos ou disponibilizados, no que couber, e pelos seus valores atuais, dos contratos posteriormente firmados para continuação da execução do objeto da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RECEBIMENTO DA OBRA

16.1 Concluída a obra, esta será recebida provisoriamente, pelo responsável por seu



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO.

16.2 A FISCALIZAÇÃO poderá recusar o recebimento provisório da obra, caso haja inconformidades significativas quanto às especificações.

16.2.1 - No caso de inconformidades que não impeçam o recebimento provisório, estas serão relacionadas em documento anexo ao termo circunstanciado e deverão estar corrigidas até o recebimento definitivo.

16.3 - O recebimento definitivo da obra será efetuado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, o qual será de até 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento provisório, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº.8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

17.1 CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais, estará sujeita às sanções previstas no Art. 87 da Lei Federal Nº. 8.666/93 e, das seguintes penalidades:

17.2 Caso a CONTRATADA, por qualquer motivo, não compareça na data aprazada para a assinatura do Contrato, ficará sujeita à multa correspondente a 20% do valor contratual;

17.3 No caso de cometimento de alguma infração por descumprimento de normas constantes deste Edital e de seus Anexos ou pela violação de preceitos legais aplicáveis aos procedimentos licitatórios, a CONTRATADA estará sujeita a multa correspondente a 15% do valor contratual;

17.4 Em caso de inexecução parcial do objeto, a CONTRATADA estará sujeita a multa correspondente a 15% do valor contratual.

17.5 Em qualquer uma das hipóteses acima, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ/MG**, para a satisfação do crédito, poderá reter valores referentes às medições a serem pegas, bem como poderá executar diretamente a garantia contratual.

17.6 A terceira notificação aplicada ao contratado ensejará na rescisão contratual e, aplicação das penalidade cabíveis, sendo assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para que a CONTRATADA possa apresentar ampla defesa.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1. A licitante vencedora deverá apresentar à Prefeitura de Cambuí comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em até 05 (cinco) dias corridos, após a publicação do contrato, prorrogável por igual período, observado o disposto no § 5º, art. 56, da Lei 8.666/1993, mediante uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda:
 - a.1) No caso de prestação da garantia na modalidade de caução em dinheiro, a empresa vencedora do certame deverá efetuar depósito em conta indicada pelo município e apresentar o comprovante à Prefeitura de Cambuí em até 05 (quinze) dias corridos, após a publicação do contrato.
- b) seguro-garantia;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas, no Foro da cidade de Cambuí - MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

19.2 E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, e pelas testemunhas abaixo.

Cambuí/MG,.....de 2023.

Tales Tadeu Tavares
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CAMBU

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

José Benedito da Costa Filho Secretário de Obras e Serviços Públicos CONTRATANTE

Nome da Empresa CONTRATADA

TESTEMUNHAS:		
1.	2.	
Nome	 Nome	
RG	RG	



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO XI - DETALHAMENTO DO BDI

		CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS						
DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS	SIG.		ISS ⁽²)		DIFERENCIADO		
		2%	3%	4%	5%	MATERIAL (3)	SERVIÇO TERCEIRIZADO ⁽⁴⁾ (ISS=5%)	INC. (5)
CUSTO DIRETO	CD		100%					
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC		5,50%					CD
LUCRO BRUTO	L		7,50%					CD
DESPESAS FINANCEIRAS	DF		0,96%					CD
SEGUROS, GARANTIAS E RISCO			2,27%					CD
SEGUROS + GARANTIAS	S		1,00%					CD
RISCO(*)	R		1,27%					CD
TRIBUTOS	ı		5,15%					PV
ISS	ISS ⁽²⁾		1,50%					PV
PIS	PIS		0,65%					PV
COFINS	-		3,00%					PV
CPRB	INSS	-	-	-	-	-	-	PV
				(1 + (AC -	+ S + G + R) x (1 + DF) x (1 +	· L)	
FÓRMULA DO BDI		(1 - (I + CPRB))			_			
BDI (NUI	MERADOR)		16,97%					
BDI (DENC	MINADOR)	94,85%						
BDI	I		23,32%					

OBSERVAÇÕES

Rodrigo César Bueno Secretário da Saúde

Leonardo Mesquita Reis Belico Arquiteto e Urbanista

QUANTO AO ISS O TCU ORIENTA OBSERVAR A LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO. NO REFERIDO ACÓRDÃO O TCU PARTIU DA PREMISSA DE INCIDÊNCIA DO ISS EM 50% DO PREÇO DE VENDA, COM PERCENTUAIS DE 2%, 3%, 4% E 5%.

(3) BDI DIFERENCIADO A SER APLICADO EM CASOS DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS. EX. ELEVADOR, ESCADAS ROLANTES, EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO ETC.

(4) BDI DIFERENCIADO A SER APLICADO PARA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS.

⁽⁵⁾ INCIDÊNCIA.